

PROTESTO

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG) participa amanhã, a partir das 15h, de ato público contra o corte orçamentário imposto à Justiça do Trabalho. O ato será em frente ao fórum trabalhista da capital, na Avenida Augusto de Lima, 1.234, Barro Preto. Durante a última sessão do Tribunal Pleno, na última quinta-feira, o presidente do TRT-MG, desembargador Júlio Bernardo do Carmo, convidou todos os magistrados e servidores da 3ª Região a participarem do ato. Com rombo de quase R\$ 18 milhões no orçamento deste ano, o TRT tem nova rotina com redução no horário de atendimento. Não só a sede do tribunal, mas as varas passam a atender o público das 9h às 15h e o expediente interno será das 8h às 16h. Desde o início do ano várias medidas já haviam sido tomadas para reduzir despesas operacionais – incluindo a dispensa de servidores terceirizados e até de estagiários –, mas as medidas foram insuficientes. Apenas as audiências que estavam previamente agendadas não serão afetadas pela medida.

(Estado de Minas - 20/05/2016)

JUDICIÁRIO

Juízes e servidores vão às ruas para reclamar dos cortes no orçamento da Justiça do Trabalho. Na Justiça Eleitoral, também são grandes as queixas contra a falta de dinheiro

Protestos por mais recursos

BERTHA MAAKAROUN

A carestia que já paralisa as atividades dos governos federal, estaduais e municipais ameaça o Poder Judiciário. Na Justiça do Trabalho, a mais afetada, os cortes orçamentários em Minas, a exemplo do que ocorre em todo o país, chegam a R\$ 47 milhões de um orçamento total de R\$ 130 milhões, e representam 42% da rubrica de custeio. Nesta semana, para evitar que se confirmem as previsões do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, de que sem suplementação a Justiça do Trabalho só tem recursos para funcionar até 31 de agosto, Minas aderiu à redução do horário de atendimento ao público do foro trabalhista da capital mineira. Igualmente na seção mineira do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) o orçamento pleiteado de R\$ 37,731 milhões sofreu uma baixa de R\$ 12 milhões – 32%. Um problema que se repete em todas as unidades da federação e no âmbito nacional soma baixas de R\$ 250 milhões, 30% do orçamento pleiteado de R\$ 750 milhões para a realização das eleições municipais.

“Estamos trabalhando para reduzir custos com transporte de urnas, técnicos de urnas, despe-

sas de custeio das mais simples às mais complexas”, afirma o diretor-geral do TRE-MG, Adriano Denardi. “Nunca fizemos eleições com esse nível de cortes. Se houver um alívio por parte do governo, as eleições se darão com menos desgaste”, afirma Denardi.

De juízes a servidores, instituições de classe como a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra3), e com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, a Justiça do Trabalho foi às ruas ontem, protestar em frente ao foro trabalhista de Belo Horizonte. Desde segunda-feira passada, o expediente foi reduzido de 9h às 15h para o atendimento do público. O horário se estendia até as 18h. Isso num momento em que, segundo registram as estatísticas, as ações trabalhistas explodem em todo o país.

Para o presidente da Amatra3, Glauco Rodrigues Becha, o corte orçamentário, que chega a ser duas vezes maior na Justiça do Trabalho em relação à Justiça Federal, foi intencional e destinado a golpear a instituição. “Em dezembro do ano passado, o relator da lei orçamentária, Ricardo Barros (PP-PR), atual ministro da Saúde, sinalizou que o severo corte se dava em retaliação a decisões proferidas”, criticou Be-

cha. “A intenção do Poder Legislativo, ao aprovar o corte discriminatório era justamente inviabilizar a prestação jurisdicional pela Justiça do Trabalho, pois sua efetividade é vista como entrave ao desenvolvimento econômico do país”, disse.

REALIDADE O vice-presidente do TRT-Minas, Ricardo Mohallem, disse ser grande o esforço para ajustar a instituição à nova realidade orçamentária. “Apesar de todas as reduções aplicadas no início do ano, neste mês de maio, o déficit ainda chegava a R\$ 18 milhões. Por isso foi necessária a medida mais drástica de reduzir o horário de atendimento, sob pena de fecharmos as portas em poucos meses”, afirmou.

A Justiça do Trabalho tenta reverter o que considera serem cortes discriminatórios, impostos pela Lei Orçamentária Anual 13.255/2016. A Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra) protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5468, com pedido de medida cautelar, para que sejam tornadas sem efeito as tesouradas que carregaram 29,4% das dotações para custeio em todo o país e 90% de recursos destinados aos investimentos.



Manifestação em frente ao foro trabalhista de BH: expediente de atendimento ao público reduzido para se adequar à escassez de recursos

“

Nunca fizemos eleições com esse nível de cortes. Se houver um alívio por parte do governo, as eleições se darão com menos

“

Apesar de todas as reduções aplicadas no início do ano, neste mês de maio o déficit ainda chegava a R\$ 18

SEM CAIXA

Judiciário clama por recursos

Cortes afetam os tribunais. Na Justiça do Trabalho em Minas, a perda de R\$ 47 milhões equivale a 36% do orçamento de R\$ 130 milhões. No Tribunal Regional Eleitoral, a baixa é de R\$ 12 milhões, do total de R\$ 37,7 milhões. No país, o rombo chega a R\$ 250 milhões, um terço dos R\$ 750 milhões pleiteados para realizar as eleições municipais. **PÁGINA 2**

(17/05/2016 - Hoje em Dia)

JUSTIÇA COM ATRASO

TRT EM MINAS REDUZ HORÁRIO DE ATENDIMENTO PARA ECONOMIZAR R\$ 1 MI NESTE ANO

| RAUL MARIANO

| GIULIA MENDES

lprimeiroplano@hojeemdia.com.br

No auge da crise econômica, com o desemprego atingindo 11 milhões de trabalhadores no país, o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) reduziu o horário de atendimento ao público com a justificativa de economizar R\$ 1 milhão até o fim do ano. O órgão, que funcionava das 9h às 17h, agora ficará aberto das 9h às 15h visando diminuir os gastos com energia elétrica, água e telefone.

Segundo informações do próprio órgão, as medidas foram necessárias para garantir que o Tribunal mantenha as portas abertas até dezembro. A decisão foi tomada pelo presidente do TRT-MG, desembargador Júlio Bernardo do Carmo, para ajustar as

contas ao que foi imposto pela lei de orçamento da União e pela falta de R\$ 19,4 milhões em crédito suplementar.

O TRT-MG ainda não tem dados sobre os impactos efetivos da redução de horário no número de atendimentos, mas funcionários do órgão, que pediram para não serem identificados, informaram à reportagem que novas audiências estão sendo marcadas somente para 2018.

Na sede do TRT-MG, na avenida Augusto de Lima, em Belo Horizonte, houve revolta no primeiro dia de atendimento reduzido. Advogado há 53 anos, Getúlio Barbosa de Queiroz, de 79 anos, procurou o órgão para examinar um processo de um cliente e reclama da falta de informação.

“Não nos comunicaram

O novo horário de atendimento da Justiça do Trabalho em BH começou a valer ontem. Se a medida não for suficiente para gerar a economia necessária, novos cortes poderão ser feitos

sobre essa redução de horário. Cada vez que saio do escritório para vir até aqui gasto, no mínimo, R\$ 20 de táxi. A Justiça é que tem que estar à disposição das partes e não as partes à disposição da Justiça. Quero saber se os juízes vão reduzir seus vencimentos e penduricalhos para economizar”, protestou.

O empresário do ramo

industrial José André também foi surpreendido com a mudança. “Mandamos um funcionário embora e vim fazer a averbação, mostrar alguns documentos pagos, mas não consegui. É um absurdo. Eu trabalho de 6h às 18h, porque eles não podem trabalhar também?”.

O diretor-geral do TRT-MG, Ricardo Marques, afir-

ma que não há como estimar, até o momento, a quantidade de atendimentos que deixarão de ser feitos. “Em síntese, haverá concentração do horário de trabalho dos servidores. As sessões do Tribunal e as audiências deverão ser marcadas em horário compatível com aquele fixado”, explica.

Caso a redução do horário não seja suficiente para atingir a economia esperada, Marques afirma que “outras medidas” terão que ser tomadas. Ele afirma que, hoje, o TRT-MG trabalha com o orçamento próximo aos valores do

ano de 2012.

“Essas medidas buscam evitar o fechamento da Justiça Trabalhista mineira. Ainda serão feitas gestões junto ao Executivo e Legislativo federais no intuito da aprovação de pedidos de crédito suplementar, como forma de atenuar o impacto que o corte orçamentário trouxe para o Tribunal”, destaca o diretor.

CENÁRIO

A Justiça do Trabalho mineira não é a única que passa por dificuldades. No primeiro quadrimestre do ano, vários Tribunais de Justiça do Traba-

lho espalhados pelo país reduziram o horário de atendimento para adequar os custos à realidade do momento.

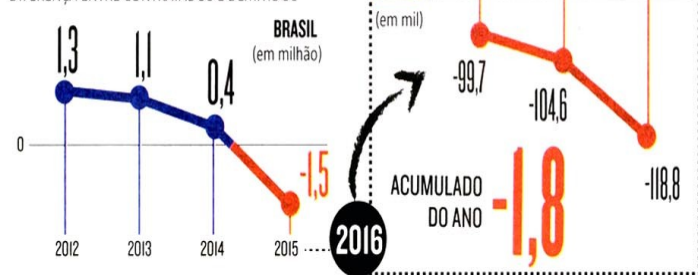
No TRT-1 (RJ), o funcionamento foi reduzido em uma hora. No tribunal da 14ª Região, que abrange Rondônia e Acre, a redução foi de três horas. Em Campinas (SP), o TRT-15 antecipou o horário de atendimento ao público para economizar energia. No Paraná, o Tribunal da 9ª Região ameaça fechar as portas em outubro.

PROTESTOS

Na próxima quinta-feira, às 15 horas, um ato público contra o desmonte e pelo fortalecimento da Justiça do Trabalho será realizado em frente ao Fórum Trabalhista em Belo Horizonte. A iniciativa é do próprio Tribunal, em conjunto com a Associação dos Magistrados Trabalhistas de MG, (Amatra3), do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em MG (Sitraemg), da OAB, da Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas (Amat) e da Associação Brasileira da categoria (Abrat).

Evolução do desemprego

DIFERENÇA ENTRE CONTRATADOS E DEMITIDOS



TOTAL

-7979



EDITORIA DE ARTE
FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO (CAGED)

Demandas registraram expansão de 29% em dois anos

Ao contrário do movimento de redução dos trabalhos da Justiça do Trabalho em Minas Gerais, que desde ontem diminuiu em duas horas diárias o expediente de atendimento ao público e de audiências, o número de processos novos analisados cresceu significativamente nos últimos anos.

Levantamento do advogado Sérgio Rosi, do Rosi Rajão Advogados, aponta que de 2013 a 2015 o aumento registrado pelo Tribunal Regional do Trabalho das 3ª Região (TRT 3) foi de 29%.

Em 2013, último ano recente em que o Brasil ainda teve um crescimento econômico minimamente significativo, com aumento de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB), o número de processos novos no TRT 3 foi de pouco mais de 70 mil. Já em 2015 foram 91,5 mil novos processos na Justiça trabalhista mineira.

PREJUÍZO

Para Sérgio Rosi, a diminuição do expediente, combinada com o aumento no número de trabalhadores e empresas em disputa na Justiça prejudica o país. “Isso pode prejudicar as empresas que precisam de andamentos de processos que decidam mais rapidamente. O cidadão, muitas vezes, preci-

sa de uma decisão rápida para resolver o seu problema”, argumenta.

Além disso, na opinião do advogado, para as empresas, que trabalham com provisão de gastos e despesas, é muito melhor saber o mais rápido possível o entendimento da Justiça para que sejam tomadas as medidas internas da gestão.

INSEGURANÇA JURÍDICA

“Isso traz uma insegurança jurídica, de um investidor que quer vir para o Brasil. No dia que ele tiver uma questão para resolver com alguém, vai perder muito dinheiro com a demora da decisão da Justiça. Isso é muito ruim para toda a sociedade, e emperra investimentos no país”, avalia.

Na opinião de Rosi, todo o aumento do número de processos e a diminuição da carga horária de funcionamento da Justiça Trabalhista são consequências da queda na atividade econômica. “O número de processos está ligado à atividade econômica das empresas. Essa crise financeira e econômica está atingindo as empresas, que estão demitindo, fechando postos de trabalho. A crise sozinha não faz o aumento no número de processos, mas é a crise e a não reposição dos postos no mercado de trabalho”, argumenta. (B.C.)

PROTESTO CONTRA ARROCHO NO TRT

Juízes, advogados e analistas exigem manutenção do orçamento da Justiça do Trabalho no ano que vem. Verba para Minas em 2016 foi cortada em 42%, levando ao fim do expediente duas horas mais cedo. **PRIMEIRO PLANO – P.8**

(20/05/2016 - Hoje em Dia)

JUSTIÇA ENCURTA EXPEDIENTE

Tribunal Regional do Trabalho em Minas (TRT-MG) encolhe atendimento em duas horas e fecha as portas ao público às 15h, no auge da crise econômica

que deixa 11 milhões de desempregados no país. Justificativa é conter gastos com água, energia e telefone para poupar R\$ 1 milhão e viabilizar

funcionamento, ameaçado por corte de verbas. Mudança pega advogados de surpresa e joga para 2018 novas audiências. **PRIMEIRO PLANO – P.4 E 5**

PROTESTO PEDE FIM DE CORTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO

REVISÃO DO ORÇAMENTO LEVOU À REDUÇÃO NO ATENDIMENTO

FLÁVIO TAVARES

| FILIPEMOTTA

| primeiroplano@hojeemdia.com.br

Cerca de 300 manifestantes, entre juízes, advogados e analistas, se reuniram, na tarde de ontem, para protestar contra a situação orçamentária na Justiça do Trabalho. A ação ocorreu em frente ao fórum trabalhista do Barro Preto, em Belo Horizonte.

Para 2016, durante a revisão do orçamento na Câmara dos Deputados, houve um corte de 42% no valor previsto para a Justiça do Trabalho. Para Minas Gerais, a medida representou uma queda dos R\$ 130 milhões inicialmente previstos para cerca de R\$ 80 milhões. Os manifestantes exigiram que a situação seja revertida no orçamento federal de 2017.

O corte exigiu a redução de 42% das despesas de custeio e 90% nas de investimento no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que abrange todo o Estado de Minas Gerais. Esta semana, por exemplo, houve diminuição no horário de atendimento externo (indo de 9h às 15h, e não mais até as 18h), como



DEFESA – Juízes, advogados e analistas se manifestaram em frente ao fórum trabalhista do Barro Preto contra a precarização da Justiça do Trabalho

forma de cortar os gastos com eletricidade.

De acordo com o vice-presidente do TRT da Terceira Região, Ricardo Antônio Mohallem, uma série de outras medidas têm sido tomadas nos últimos meses, como cortes na escola da magistratura, na renovação tecnológica e nos terceirizados, com a demissão de cerca de 300

feneis – trabalhadores surdos que atuavam no suporte técnico. A redução no suporte dos feneis tem aumentado a demanda sobre os analistas.

Mohallem alerta que o corte orçamentário ocorre ao mesmo tempo em que houve crescimento de 12,8% nas demandas processuais da justiça trabalhista nos quatro primei-

ros meses de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015.


Para o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região, Glauco Becho, os cortes representam uma tentativa de inviabilizar a justiça trabalhista. “É a defesa dos direitos sociais que está sendo atingida”, argumentou.

(17/05/2016 - Hoje em Dia)

Título: TRT em Minas reduz horário de atendimento para economizar R\$ 1 mi neste ano

Veículo: Site - Hoje em Dia

Data Publicação: 17-05-2016 - **Versão Online:** [clique aqui](#) - 1442cm²

 [Pense verde antes de imprimir](#)

OBSERVAÇÃO

Materia Veiculada em dia anterior

No auge da crise econômica, com o desemprego atingindo 11 milhões de trabalhadores no país, o **Tribunal Regional do Trabalho** de Minas Gerais (TRT-MG) reduziu o horário de atendimento ao público com a justificativa de economizar R\$ 1 milhão até o fim do ano. O órgão, que funcionava das 9h às 17h, agora ficará aberto das 9h às 15h visando diminuir os gastos com energia elétrica, água e telefone.

Segundo informações do próprio órgão, as medidas foram necessárias para garantir que o Tribunal mantenha as portas abertas até dezembro. A decisão foi tomada pelo presidente do TRT-MG, desembargador Júlio Bernardo do Carmo, para ajustar as contas ao que foi imposto pela lei de orçamento da União e pela falta de R\$ 19,4 milhões em crédito suplementar. O TRT-MG ainda não tem dados sobre os impactos efetivos da redução de horário no número de atendimentos, mas funcionários do órgão, que pediram para não serem identificados, informaram à reportagem que novas audiências estão sendo marcadas somente para 2018.

Na sede do TRT-MG, na avenida Augusto de Lima, em Belo Horizonte, houve revolta no primeiro dia de atendimento reduzido. Advogado há 53 anos, Getúlio Barbosa de Queiroz, de 79 anos, procurou o órgão para examinar um processo de um cliente e reclama da falta de informação. "Não nos comunicaram sobre essa redução de horário. Cada vez que saio do escritório para vir até aqui gasto, no mínimo, R\$ 20 de táxi. A Justiça é que tem que estar à disposição das partes e não as partes à disposição da Justiça. Quero saber se os juízes vão reduzir seus vencimentos e penduricalhos para economizar", protestou.

O empresário do ramo industrial José André também foi surpreendido com a mudança. "Mandamos um funcionário embora e vim fazer a averbação, mostrar alguns documentos pagos, mas não consegui. É um absurdo. Eu trabalho de 6h às 18h, porque eles não podem trabalhar também?".

O diretor-geral do TRT-MG, Ricardo Marques, afirma que não há como estimar, até o momento, a quantidade de atendimentos que deixarão de ser feitos. "Em síntese, haverá concentração do horário de trabalho dos servidores. As sessões do Tribunal e as audiências deverão ser marcadas em horário compatível com aquele fixado", explica.

Caso a redução do horário não seja suficiente para atingir a economia esperada, Marques afirma que "outras medidas" terão que ser tomadas. Ele afirma que, hoje, o TRT-MG trabalha com o orçamento próximo aos valores do ano de 2012.

"Essas medidas buscam evitar o fechamento da Justiça Trabalhista mineira. Ainda serão feitas gestões junto ao Executivo e Legislativo federais no intuito da aprovação de pedidos de crédito suplementar, como forma de atenuar o impacto que o corte orçamentário trouxe para o Tribunal", destaca o diretor. Cenário A **Justiça do Trabalho mineira** não é a única que passa por dificuldades. No primeiro quadrimestre do ano, vários Tribunais de Justiça do Trabalho espalhados pelo país reduziram o horário de atendimento para adequar os custos à realidade do momento.

No TRT-1 (RJ), o funcionamento foi reduzido em uma hora. No tribunal da 14ª Região, que abrange Rondônia e Acre, a redução foi de três horas. Em Campinas (SP), o TRT-15 antecipou o horário de atendimento ao público para economizar energia. No Paraná, o Tribunal da 9ª Região ameaça fechar as portas em outubro. Protestos

Na próxima quinta-feira, às 15 horas, um ato público contra o desmonte e pelo fortalecimento da Justiça do Trabalho será realizado em frente ao Fórum Trabalhista em Belo Horizonte. A iniciativa é do próprio Tribunal, em conjunto com a Associação dos Magistrados Trabalhistas de MG, (Amatra3), do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em MG (Sitraemg), da OAB, da Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas (Amat) e da Associação Brasileira da categoria (Abrat).

(14/05/2016 - Super Notícias)



TRT-MG

A partir de segunda-feira, unidades da Justiça do Trabalho vão adotar novo horário de atendimento ao público, das 9h às 15h. A medida é por causa dos cortes no orçamento do TRT.

(14/05/2016- Uberlândia)

CORTE

Atendimento no TRT tem 2 horas a menos

Devido a corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Região passará a atender o público das 9h às 15h, a partir de segunda-feira (16). Até a última semana, os atendimentos eram realizados das 8h às 16h. Uma manifestação contra essa decisão, de reduzir em duas horas o período de atendimento, será realizada por desembargadores em Belo Horizonte (MG) no dia 19 de maio. Em Uberlândia, o TRT fica na avenida Cesário Alvim, 3.200, bairro Brasil, setor central da cidade.

(18/05/2016 – Metrô)

TRT de Minas reduz horário de atendimento

Medida tenta reduzir deficit de cerca de R\$ 18 milhões nas contas do Tribunal do Trabalho no Estado PÁG. 02

Corte de orçamento na Justiça do Trabalho gera protestos em BH

Deficit. Após perder metade dos recursos para custeio, TRT-MG reduz horário de atendimento ao público. Ato na capital hoje reúne servidores e instituições ligadas à Justiça

Depois de sofrer um forte corte orçamentário no início deste ano, o TRT-MG (Tribunal Regional do Trabalho) reduziu o horário de atendimento em pelo menos três horas por dia. Isso para diminuir o consumo de energia elétrica, água e telefone, o que representaria uma economia de R\$ 1 milhão, até o fim de 2016. Praticamente todos os servidores terceirizados e estagiários foram demitidos e nem o cafezinho e o papel higiênico escaparam dos cortes.

A Lei Orçamentária de 2016 reduziu pela metade os repasses para custeio e ainda retirou 90% dos recursos destinados para investimentos. O atual ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), que foi o relator da proposta na Câmara dos Deputados, chegou a afirmar à época que

“as regras atuais [da Justiça do Trabalho] estimulam a judicialização dos conflitos, na medida em que são extremamente condescendentes com o trabalhador”. Em outra declaração, o deputado considerou “exagerada a parcela de recursos destinada a essa finalidade”, disse Barros.

E para denunciar o desmonte do órgão, instituições ligadas à Justiça e servidores do TRT-MG promovem hoje um protesto em frente ao Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, no Centro. Para o presidente da OAB-MG (Ordem dos Advogados do Brasil em Minas), Antônio Fabrício Gonçalves, a Justiça do Trabalho não é culpada pela crise. “Os cortes são discriminatórios e ideológicos. O deputado federal Ricardo Barros, relator da Lei Orçamentária Anual, pro-



“As regras atuais [da Justiça do Trabalho] são extremamente condescendentes com o trabalhador”

RICARDO BARROS (PP-PR), MINISTRO DA SAÚDE E EX-RELATOR DA LEI ORÇAMENTÁRIA

põe, explicitamente, o aquecimento do Tribunal”, argumentou. O consultor jurídico da OAB-MG também criticou a situação. “A redu-

“O deputado federal Ricardo Barros, relator da Lei Orçamentária Anual, propõe o aquecimento da Justiça do Trabalho”


ANTÔNIO FABRÍCIO GONÇALVES, PRESIDENTE DA OAB-MG

ção dos horários compromete a celeridade. Haverá menos andamentos processuais e menos causas julgadas”, finalizou. **METRO BH**

(14/05/2016 – O Tempo)

Corte TRT diminui horário de atendimento

■ DA REDAÇÃO

 A partir de segunda-feira, dia 16, todas as unidades da Justiça do Trabalho vão adotar novo horário de atendimento ao público, das 9h às 15h. O expediente interno será das 8h às 16h. De acordo com Portaria 214, aprovada na última quinta-feira, as audiências já agendadas terão o horário mantido. As sessões de julgamento que eventualmente ultrapassarem o novo horário deverão transcorrer normalmente.

A medida foi adotada pelo presidente do TRT-MG, desembargador Júlio Bernardo do Carmo, para ajustar o orçamento da Justiça do Trabalho de Minas à redução imposta pela lei de orçamento da União e pela falta de suplementação de verba para despesas de custeio. A expectativa é de redução no consumo de energia, água e telefone em torno de R\$ 1 milhão até o fim do ano.

(20/05/2016 - O Tempo)

Crise. Tribunais Regionais do Trabalho e Eleitoral fecharam unidades e reduziram horário de atendimento

Cortes afetam serviço público

Orçamentos para este ano estão até 42% menores do que os de 2015

■ LUDMILA PIZARRO

Os cortes orçamentários do governo federal estão afetando o acesso aos serviços públicos. Os Tribunais Regionais Eleitoral e do Trabalho de Minas Gerais adotam medidas como fechamento de unidades e diminuição do horário de atendimento ao cidadão para encaixar os gastos no orçamento anual. Em 2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) teve um corte de 42% no orçamento de custos operacionais, isso representou R\$ 47 milhões a menos. O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) teve

um corte no orçamento de 30%, segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sitraemg).

“Diminuímos na vigilância, na limpeza, cortamos ascensorista. Depois demitimos os estagiários, cerca de 300, e mesmo assim o Tribunal (TRT-MG) tinha déficit. Agora, alteramos o horário de atendimento para tentar encaixar os custos no orçamento. Se o Tribunal não faz isso, o presidente pode responder por improbidade administrativa no Tribunal de Contas da União (TCU)”, explica o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra3), Glauco Rodrigues Becho.

O coordenador executivo do Sitraemg, Célio Izidor Rosa afirma que para o cidadão resta esperar pe-

lo atendimento. “As audiências em 2016 já estavam sendo marcadas só para 2018. Agora, com a equipe reduzida, o tempo de execução, após a audiência, caso não chegue em um acordo, aumentam muito”, diz Rosa.

O aumento dos litígios trabalhistas em função da crise econômica agrava a situação. “Nos quatro primeiros meses deste ano diversas empresas foram obrigadas a dispensar empregados ou mesmo a fechar as portas. Isso revelou um aumento de 12,8% do movimento processual em relação aos quatro primeiros meses de 2015”, diz o 1º vice-presidente do TRT-MG, Ricardo Antônio Mohallem.

Em defesa da Justiça do Trabalho foi realizado um ato, ontem, em frente à sede do TRT-MG. “Temos que mostrar para a sociedade que pretendem matar a Jus-

tiça do Trabalho de inanição”, afirmou o advogado Carlos Schirmer, assessor jurídico da OAB-MG, entidade que apoiou o ato.

POLÍTICO. Para Schirmer, o corte orçamentário mostra que a classe política desvaloriza a justiça trabalhista. “O relator do Orçamento no Congresso Nacional, o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), que hoje é ministro da Saúde, disse à época que a Justiça do Trabalho travava o desenvolvimento do país. Foi com esse pensamento que fizeram esses cortes”, afirma Schirmer.

“Quem fez esse corte foi o legislativo. Eles aprovam leis protecionistas e depois critica o Judiciário que coloca as leis em prática”, diz Becho. O orçamento foi aprovado em 2015 pelo Congresso Nacional e sancionado por Dilma Rousseff.



Protesto. Funcionários do Tribunal Regional do Trabalho e juristas fizeram manifestação ontem contra o sucateamento da entidade

Sem serviço

Aneel corta teleatendimento

✚ O corte orçamentário também atinge o serviço das agências reguladoras. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) cortou no início do mês o serviço de teleatendimento, o que dificulta para o consumidor formalizar queixa contra as empresas de energia. “É inadmissível desativar o serviço porque parte do que pagamos na conta de luz é justamente uma taxa para manter a fiscalização, cuja previsão de arrecadação este ano é de R\$ 489 milhões”, afirma a coordenadora institucional da As-

sociação de Consumidores Proteste, Maria Inês Dolci.

Com a decisão, foram suspensos os serviços do telefone 167, o chat online no portal e o telefone gratuito 0800-727-0167 (para as agências estaduais conveniadas). As opções que sobraram aos consumidores foram o formulário no site da Aneel e enviar uma correspondência pelos Correios.

Em resposta, a Aneel informa que para custeio de suas atividades em 2016, foi estimado um orçamento de R\$ 200 milhões, porém, os valores aprovados foram

caindo no decorrer do ano. “O governo aprovou a metade do valor: R\$ 100 milhões. Por meio de emendas parlamentares para Ouvidoria e Fiscalização, o valor foi ampliado para R\$ 120 milhões. O Decreto 8.760/16 reduziu o orçamento para R\$ 90 milhões, e em abril, o Decreto 8.700/16 restringiu o orçamento da Agência a R\$ 44 milhões”, diz a nota.

Segundo a Agência, as “distribuidoras de energia elétrica são a primeira opção para reclamações e continuarão a atender normalmente”, afirma. **(LP)**

Aposentados não são repostos

■ Desde o início do ano, os servidores que se aposentam não são repostos, informa o coordenador executivo do Síndico, Cêlio Izidoro Rosa. Já o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Glauco Rodrigues Becho, diz que “precisávamos de 156 juizes substitutos no Estado e hoje temos 116”. Os salários dos juizes, porém, podem ser um dificultador, já que só de subsídio eles recebem acima de R\$ 25 mil segundo o site Transparência do próprio Tribunal. **(LP)**